

33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

Gt 41: Transformações sociais e projetos políticos em concorrência: reflexões a partir do rural

Título do Trabalho: Disputas pelo acesso aos recursos naturais: o dilema das mulheres catadoras de mangaba em Sergipe

Nomes do Autor e Co-autores:

Dalva Maria da Mota

Heribert Schmitz

Josué Francisco da Silva Júnior

Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues

Maria Margarete Lisboa Rocha

DISPUTAS PELO ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS: O DILEMA DAS MULHERES CATADORAS DE MANGABA EM SERGIPE¹

Dalva Maria da Mota²

Heribert Schmitz³

Josué Francisco da Silva Júnior⁴

Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues⁵

Maria Margarete Lisboa Rocha⁶

INTRODUÇÃO

Os processos de disputa pelo acesso aos recursos de diferentes naturezas (terra, plantas e serviços) entre os atores relacionados, direta ou indiretamente, com o extrativismo da mangaba⁷ constituem o foco das reflexões reunidas neste ensaio. Para tanto, diversas situações de concorrência e de aliança foram tomadas como objeto de análise no Estado de Sergipe, líder nacional na produção e consumo dessa fruta, oriunda do extrativismo praticado por aproximadamente 2.500 mulheres que se autodenominam catadoras de mangaba⁸ (Mota *et al.*, 2007, p. 9). São considerações preliminares de uma análise em curso num contexto de rápidas transformações.

O estudo está sendo realizado desde 2003. Várias situações foram selecionadas para a composição do universo da pesquisa, tais como, observações em encontros e reuniões que contaram com a participação exclusiva das catadoras ou de suas lideranças ou quando se reuniam com outros atores como pesquisadores, técnicos, dirigentes institucionais etc. Realizamos 190 entrevistas com catadoras, donos de terra, pesquisadores, técnicos da extensão rural, lideranças rurais, dirigentes institucionais e empresários nos seus locais de trabalho ou na residência. Além disso, observações foram feitas no decorrer das jornadas de trabalho (coleta e venda dos frutos) e nos processos de pós-coleta e de agregação de valor à mangaba. A equipe foi constituída, inicialmente, por

¹ Pesquisa realizada com recursos do CNPq e Embrapa.

² Doutora em Sociologia, Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental em Belém; Bolsista de produtividade do CNPq; dalva@cpatu.embrapa.br

³ Doutor em Ciências Agrárias, Professor de Sociologia da Universidade Federal do Pará em Belém; Bolsista de produtividade do CNPq; heri@amazon.com.br

⁴ Mestre em Fruticultura Tropical; Pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, josue@cpatc.embrapa.br

⁵ Mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Sergipe, Analista da Embrapa Tabuleiros Costeiros; raquel@cpatc.embrapa.br

⁶ Geógrafa, aluna do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da UFPA.

⁷ Fruto da mangabeira, espécie nativa das áreas de restinga, tabuleiros costeiros e cerrados do Brasil, muito apreciado no Nordeste brasileiro nas formas de suco, sorvetes e doces.

⁸ Categoria nativa utilizada por grande parte dos que coletam, vendem e consomem mangaba para designar as mulheres que praticam o extrativismo da mangaba em Sergipe.

pesquisadores e técnicos da Embrapa Tabuleiros Costeira em Aracaju. Posteriormente, da Embrapa Amazônia Oriental em Belém, da Universidade Federal do Pará e de alunos da pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Nos primeiros anos, a pesquisa se concentrou em Sergipe, sendo depois realizada em outros Estados do Brasil (Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará e Tocantins).

Para efeito deste artigo, comparamos o momento atual (2007 a 2009) com as últimas cinco décadas, nas quais a exploração agrícola e turística das áreas de ocorrência das mangabeiras⁹ (ecossistemas litorâneos) foi gradativamente intensificada. Ali, prevaleceu “a visão do vazio demográfico que embasava as políticas públicas...”, à semelhança do ocorrido na Amazônia (Ferreti *et al.*, 2009, p.6); nos cerrados nordestinos (Moraes, 2002); na Chapada Diamantina (Brito, 2005), assim como, nas Chapadas do Alto Vale do Jequitinhonha e no Jalapão, como podemos observar em recente expedição. No caso de Sergipe, agrega-se à noção de “vazio” à argumentação de baixa rentabilidade econômica dos empreendimentos outrora existentes e a sua natureza familiar (Fonseca *et al.*, 2009).

Em tais situações, a diversidade sociocultural e os modos de uso dos recursos daqueles que viviam naquelas regiões há várias gerações, mas que não possuíam o título da terra e que estavam imersos em outros sistemas de relações, não necessariamente mercantis, não foram considerados pelos porta-vozes das concepções e da execução das políticas públicas. Isto provocou, simultaneamente, a expulsão de expressivos contingentes populacionais e o insulamento dos que ficaram e tiveram que reestruturar os seus modos de vida “recriando-se dentro de cenários em mudanças” (Moraes, 2002, p.255). Dentre estas mudanças, destacamos a reconfiguração da composição de muitas famílias mediante a migração, muitas vezes, sem retorno dos homens que partiram para buscar novas possibilidades como assalariados em centros urbanos distantes (Rio de Janeiro e São Paulo), e a reorganização da combinação do extrativismo com outras atividades.

No processo de ocupação por recém-chegados, com a diversificação das atividades e a conseqüente valorização das terras, antigos habitantes permaneceram nas

⁹Seu nome científico é *Hancornia speciosa* Gomes (de “Hancornia” em homenagem ao botânico Philip Hancorn e “speciosa”, que significa bela, magnífica, vistosa).

áreas menos cobiçadas para o turismo e menos propícias para a agricultura. Assim, redimensionaram os seus espaços de circulação em face da restrição de áreas nas quais podiam praticar o extrativismo livremente. Paralelamente, necessitaram recorrer a ocupações temporárias e, assim, intensificaram as estratégias de alternância entre atividades no turismo e aquelas tradicionais com o aumento da “dependência mercantil para atender ao consumo produtivo e improdutivo” (Neves, 2003, p.47).

No conjunto das transformações, as mulheres extrativistas foram um dos grupos mais afetado pela diminuição da oferta dos recursos naturais (plantas, moluscos e crustáceos) por serem, muitas vezes, responsáveis pela família e, assim, terem entre as suas atribuições o papel de “conciliar” as tarefas domésticas e extra-casa (Hirata, 2003, p. 17), impeditivo para obtenção de postos de trabalho (pelas discriminações de gênero) e para a migração. Além do mais, na divisão social do trabalho ali praticada, compete às mulheres a coleta da mangaba e dos produtos do mangue (siri e aratu). Assim, são elas as que mais têm vivenciado o impedimento do acesso às áreas, tradicionalmente utilizadas, sujeitando-se diretamente a diferentes tipos de violência impostas pelos seus opositores (empresários do turismo e da agricultura, proprietários de sítios, de casas de férias ou de pequenos estabelecimentos agrícolas), como ameaça de agressão física e denominações consideradas por elas como ofensivas¹⁰.

Mesmo que tal quadro tenha contribuído para transformar as condições de acesso aos recursos e, assim, acirrar o processo de diferenciação social das catadoras de mangaba, apenas algumas delas confrontaram-se oralmente com aqueles que concretizaram as ações de impedimento. A maioria, entretanto, optou por não se opor abertamente, preferindo colocar em prática iniciativas individuais e sorrateiras de resistência através do corte de cercas e da coleta de frutos no período noturno, quando não tem ninguém no estabelecimento ou quando quem “toma conta” está realizando outra atividade naquelas áreas sujeitas à proibição pelos seus denominados proprietários.

Somente no ano de 2007 foram articuladas algumas ações combinadas entre pesquisadores e catadoras para alcançar o reconhecimento delas como sujeito coletivo e para tentar impor limites à onda de destruição e privatização dos recursos. Essas ações

¹⁰ Ladras, vagabundas e irresponsáveis.

provocaram reação por parte daqueles que se sentiram ameaçados. Esse processo tem sido marcado pela concorrência entre os diferentes atores para a conquista de aliados e para o reconhecimento dos seus interesses, como analisamos neste ensaio que está estruturado em três partes. Na primeira, analisamos a trajetória das disputas instituídas (explícitas ou não) nas últimas cinco décadas com destaque para os últimos três anos quando há uma evidência formal de mobilização dos diferentes atores oponentes. Na segunda parte, tratamos das disputas recentes em torno do reconhecimento e da construção da visibilidade social. Na terceira, contrapomos os projetos em concorrência identificando os atores a eles aliados, assim como, os processos que têm influenciado na persistência ou não de seus propósitos.

Neste artigo consideramos as disputas como sinônimo de conflitos, uma das formas mais ativas de socialização no sentido tratado por Simmel (1995) para quem o conflito também é um fenômeno "positivo" da vida social, um elemento do regulamento social, e não um acidente na vida das sociedades (Freund, 1995, p.12; Schmitz *et al.*, 2008).

UMA HISTÓRIA DE DISPUTAS

Para fins de reflexão em torno das disputas nos ecossistemas litorâneos de Sergipe podemos demarcar três fases que se interconectam e que expressam padrões de apropriação dos recursos naturais e das relações sociais prevalentes, quais sejam:

- i)* Até os anos de 1970, quando o acesso livre e privado aos recursos por pessoas que se conheciam, tanto em áreas de uso comum, como em pequenas áreas obtidas via posse, coexistiam com “algumas” propriedades ocupadas com coqueiro ou pecuária;
- ii)* Até os anos de 1985, quando ocorreram o “cerco” da cana-de-açúcar e a expansão da irrigação (Perímetros irrigados de Propriá e Cotinguiba - Pindoba¹¹ e o Platô de Neópolis), via iniciativas de políticas públicas, com a diminuição das áreas de utilização comum dos recursos por pessoas que se conheciam; e

¹¹ Implantados pela Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba – Codevasf.

iii) Dos anos de 1995 até os dias atuais, quando ocorreram a “invasão” do turismo (infraestruturas e casas de veraneio) e a expansão da carcinicultura¹² com a redução drástica das áreas de utilização comum dos recursos por pessoas que se conhecem ou não (de outros povoados, atraídas pelo turismo).

A memória oral registra que, até os anos de 1970, as áreas de ocorrência de mangabeiras, situadas em solos menos férteis pouco requisitados pela agricultura¹³, estavam ocupadas por populações nativas juntamente com aquelas advindas dos engenhos desativados de cana-de-açúcar em Sergipe (Subrinho, 1983). Ali, como observado em outros contextos, predominou a noção de um “local onde aquele que não tem para onde ir sempre pode encontrar um peixe miúdo para comer e manter-se vivo” (Cordell, 2001, p.137), aliado à coleta de frutas e aos cultivos itinerantes de mandioca. Nas palavras de uma catadora de mangaba: “aqui a gente fazia de um tudo e quando uma coisa não dava, tinha a outra e assim levava a vida, cada coisa no seu tempo”.

As populações ali residentes, amparadas no interconhecimento e em noções de pertencimento que regulavam a chegada de novos habitantes, desenvolveram uma relação intensa com os recursos naturais a partir das possibilidades e dos constrangimentos ambientais e sociais, associados às saídas temporárias ou permanentes dos homens para a venda da força de trabalho em outras regiões brasileiras.

Com uma gestão combinada dos recursos do extrativismo (animal e vegetal) e da agricultura (Schmitz *et al*, 2009) as famílias constituíram uma economia amparada na complementaridade entre o consumo e a oferta dos produtos locais (farinha, frutas, peixes, crustáceos e mariscos) que eram vendidos nas feiras e ruas das sedes municipais mais próximas, nas estradas e também entregues a intermediários que ali chegavam. Para as catadoras mais idosas entrevistadas¹⁴, a combinação entre estes diferentes produtos variava segundo as formas de ocupação do espaço, inicialmente, marcado pelas fronteiras

¹² Em se tratando da carcinicultura no litoral de Sergipe, Fonseca *et al.* (2009, p.11) afirmam que: “No que se refere à área ocupada, no ano de 2006 verificou-se a existência de 987 ha voltados para o cultivo do camarão marinho na zona costeira sergipana, mas se considerarmos um adicional proveniente dos empreendimentos não cadastrados, esse número ultrapassa 1.000 ha”.

¹³ A utilização agrícola de muitas destas áreas tem como um dos seus marcos a inovação da utilização de calcários e fertilizantes para a produção de cana-de-açúcar mediante incentivos das políticas públicas no contexto da modernização conservadora da agricultura brasileira no marco dos anos 70.

¹⁴ M. E. dos S. 84 anos, Povoado Capoã e E. S. 74 anos, Povoado Pontal, proprietárias, respectivamente, de áreas de 4 e 37 ha. Na área da segunda, considerada de grande ocorrência de plantas com aproximadamente 4600 mangabeiras, foi permitido o acesso livre para a coleta pelas demais catadoras sem terra do povoado até o ano de 2008, quando os filhos iniciaram um processo de proibição.

entre os domínios da “roça de mandioca” de cada família, mas com acesso livre a todos os demais recursos, segundo regras estabelecidas localmente (Schmitz *et al.*, 2008) e repassadas aos descendentes pela oralidade. Muito embora, ocasionalmente, se registrassem insubordinações, elas avaliam que, raramente, eclodiam disputas mais graves tendo quase sempre como motivo a invasão dos cultivos de mandioca pelos pequenos animais dos vizinhos.

Nos marcos dos anos 50, já existiam plantios de coqueiros nos quais as catadoras de mangaba praticavam o extrativismo nas entrelinhas. Mediante a iniciativa das catadoras de continuarem utilizando as plantas, nas décadas posteriores quando houve a valorização da fruta, e independentemente das proibições e instalações de cercas, os entrevistados apontaram que, algumas vezes, ocorriam enfrentamentos abertos com agressões verbais e desvalorizações recíprocas. Nestes casos, os proprietários das terras acusavam: “você maltrata as plantas dos outros”. As catadoras respondiam: “você é que maltrata porque corta as bichinhas. Quem já viu ninguém maltratar aquilo que lhe dá de comer?”.

Em paralelo, outras relações foram firmadas entre os proprietários e grupos de catadoras de mangaba pontuadas por compadrio, assalariamento temporário na colheita do coco (homens: maridos, companheiros, irmãos e parentes das catadoras) e ainda a intermediação para o acesso aos serviços públicos (saúde, principalmente) nas cidades vizinhas num quadro de precário funcionamento dos mesmos. Com isso, estabeleceram-se relações de dependências e trocas de favores que refletiram numa certa divisão “entre quem coleta onde” (grupos específicos de catadoras tinham acesso a propriedades nas quais mantinham algum tipo de contato com o proprietário), paralelamente ao uso das áreas de livre acesso de proprietários ausenteístas e terras devolutas¹⁵ (também chamadas terras de “heréu” pelas catadoras).

A partir dos anos 70, o “cerco” da cana-de-açúcar com incentivos de políticas públicas para a produção de álcool, assim como, a expansão dos projetos de irrigação para agricultores familiares e empresários contribuíram para alterar a vida dos habitantes dos ecossistemas costeiros (Mota, 2005). Em Sergipe, “as usinas foram, assim, cercando

¹⁵ Segundo Schmitz *et al.* (2009), é ausência de direitos de propriedade bem definidos ou estatais (por exemplo, nas esferas nacional, estadual e municipal). Áreas devolutas “.. são aquelas que não se acham aplicadas a algum uso público federal, estadual ou municipal, que não tenham legitimamente sido incorporadas ao domínio privado, já que as terras públicas pertencentes ao patrimônio público fundiário são aquelas que estão inscritas no Serviço de Patrimônio da União - SPU” (Benatti, 2003, p. 185).

os territórios de uso comunitário, comprando parte deles e ameaçando o modo de vida das populações tradicionais”, como constatado por Diegues (2001, p.108) no Nordeste. Por um lado, houve a transformação da paisagem (substituição das culturas alimentares, tradicionalmente produzidas como feijão, milho e mandioca e dos recursos extrativistas por cana-de-açúcar, arroz e fruteiras exóticas. Estas últimas, nos projetos de irrigação) e uma diáspora dos expropriados para os centros urbanos. Por outro, as populações extrativistas foram empurradas para aquelas áreas menos requeridas em termos agrícolas (solos arenosos, áreas próximas dos manguezais). Iniciativas dos movimentos sociais não foram suficientes para frear as ações de políticas públicas de modernização da agricultura¹⁶ via expansão do monocultivo da cana-de-açúcar financiado pelo Proálcool, que ignorava completamente as formas comunais de acesso aos recursos.

No contexto de modernização conservadora, a impossibilidade de lidar face-a-face com o adversário (personificado anteriormente no proprietário do coqueiral ou no responsável pela propriedade) rompe com um modelo de relação ambivalente, no qual coexistia a apropriação do recurso pelas catadoras, mas com a permissão (para o seu uso) mediante relações de camaradagem e dependência. Diferentemente, para o estabelecimento do monocultivo da cana-de-açúcar e dos projetos de irrigação, todas as plantas preexistentes foram cortadas e, com isso, a possibilidade de disputa pelos recursos arrefeceu.

Os anos 90 foram marcados pela diversificação das atividades econômicas nos ecossistemas costeiros com destaque para o turismo (loteamentos, hotéis-fazenda, pousadas, pesque-e-pague, casas de veraneio etc.) e a expansão da carcinicultura com a redução das áreas de uso comum dos recursos por pessoas que se conhecem ou não. Estas últimas são, muitas vezes, originárias de povoados vizinhos cujos recursos de uso comum foram privatizados ou, pela pouca quantidade disponível, já não atende a todos que ali vivem. Assim, perambulam em busca de novas áreas enfrentando a resistência dos residentes, como observado no caso das catadoras de mangaba. Deve-se ressaltar o fato de que, em algumas áreas, essa diminuição do acesso aos recursos aliada à intensificação na procura pela mangaba, tem resultado na prática do extrativismo predatório, com a

¹⁶ No levantamento sistemático dos recursos naturais realizado pelo Projeto RadamBrasil, do Ministério das Minas e Energia, na década de 1980, já se alertava para a destruição da vegetação da restinga para loteamentos imobiliários e para o cultivo do coqueiro e dos tabuleiros para o cultivo da cana-de-açúcar (Gonçalves *et al.*, 1983), neste caso desde a década de 1970, com a criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), e antes disso para cultivos de subsistência, como a mandioca.

quebra de galhos, retirada de frutos verdes, esgotamento das estruturas de dispersão e reprodução das plantas.

O processo de insulamento das populações locais que dependem dos recursos naturais se intensifica ainda mais com a construção da Rodovia Linha Verde entre Sergipe e Bahia (BA-099) como parte das ações de política pública lideradas pelo Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur (Pereira, 2008) e da Ponte João Alves Filho, que liga Aracaju ao litoral norte de Sergipe. O mercado de terras foi dinamizado mediante a facilidade de deslocamento em vias asfaltadas e dotação de infra-estruturas turísticas (residências, hotéis etc.) que incidem exatamente nas áreas consuetudinariamente utilizadas (áreas de agricultura e de uso comum). Mediante acertos aparentemente compensadores e promessa de trabalho assalariado para algum membro da família, “as pessoas venderam as terras iludidas e hoje são hotéis” afirma uma catadora. Com isso, intensificou-se a busca por outras ocupações (quase inexistentes) pelas populações que acumulam um saber-fazer no trato com os recursos naturais, mas dificilmente atendem os pré-requisitos para trabalhar nas atividades afetas ao turismo (disciplina industrial, informática, idiomas). Assim, novos processos conflituosos de desvalorização recíprocas são postos em prática pelos que chegam e pelos que ali viviam associados à preguiça e à exploração, reciprocamente.

Mesmo que pratiquem o extrativismo em áreas tradicionalmente de acesso livre, as catadoras de mangaba reconhecem que está havendo uma significativa diminuição das mesmas, inversamente proporcional aos projetos turísticos que têm sido anunciados face aos atrativos naturais particularizados por uma elevada densidade da rede hidrográfica e pela beleza cênica das áreas estuarinas. Ali, atualmente, segundo Fonseca *et al.* (2009, p.9), projetam-se dois novos empreendimentos: a Ponte Jornalista Joel Silveira sobre o Rio Vaza-Barris, que facilitará o fluxo de visitantes; e um mega-complexo de casas de alto luxo para clientes estrangeiros. Anuncia-se assim, segundo os mesmos autores, “o modelo de ocupação territorial de algumas praias do Nordeste do Brasil, bem ao estilo de paraíso tropical. O modelo turístico sol e praia apresenta, no entanto, impactos ambientais e, ao não considerar a realidade local, seus resultados são questionáveis” (Fonseca *et al.*, 2009, p.9).

Outro tipo de constrangimento que tem sido imposto pelas iniciativas de políticas públicas estaduais é o incentivo à domesticação das mangabeiras pelos que têm terra, inclusive com investimentos na estruturação de canais de comercialização da fruta, sem

considerar o contingente dos que não possuem terra. Os impactos mais diretos desta medida têm sido o aumento da concorrência pelas áreas potencialmente favoráveis, o cercamento das áreas e a maior valorização do plantio em detrimento do extrativismo. Contrariamente, outras iniciativas de políticas públicas têm investido na agregação de valor da fruta proveniente do extrativismo. Em face dos impedimentos do acesso à maior parte das áreas, nas quais as catadoras praticavam o extrativismo, intensificam-se processos de reestruturação das relações sociais em torno da concorrência de diferentes projetos quanto ao acesso às plantas, no âmbito dos quais, a conquista de aliados é fundamental.

Neste quadro, a reflexão ora realizada torna-se importante para a compreensão dos investimentos dos diferentes atores na consecução dos seus diferentes projetos em processos de disputas.

AS DISPUTAS RECENTES

Os pesquisadores (re)conhecem as catadoras de mangaba

Nos últimos anos, um fato alterou ainda mais o cotidiano das mulheres catadoras de mangaba. No início dos anos 2003, pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, interessados inicialmente na conservação *in situ* dos recursos genéticos, localizaram áreas de acesso livre em bom estado de conservação em todo o Estado de Sergipe, não obstante à latente possibilidade de devastação. Ali, fizemos contato com diferentes catadoras e catadores para investigar as suas práticas no manejo das plantas em terras devolutas e privadas (de proprietários: absenteístas, daqueles que as mantinham como reserva de valor ou dos que permitiam o acesso da população extrativista local ao seu estabelecimento) e as formas de gestão (Schmitz *et al.*, 2009).

Mediante tal interesse e do nosso (re)conhecimento do papel daquela população na manutenção de recursos fundamentais à biodiversidade, foram postas em prática algumas iniciativas para a constituição de uma aliança. Tacitamente, sem acordos verbalmente expressos, as relações de afinidade se desenvolveram de modo que catadoras e catadores nos permitiram participar das suas jornadas de trabalho. Ocasionalmente, pediam informações sobre os serviços prestados pela Embrapa, outras instituições e serviços (Bolsa família, por exemplo). Em uma ou outra situação, intermediamos contatos com a imprensa para matérias sobre o extrativismo, ocasiões em

que existia uma grande excitação e concorrência quanto a quem seria o porta-voz do grupo.

Após alguns meses, constatamos a intensificação dos constrangimentos para o acesso às plantas para a prática do extrativismo (Pereira, 2008), particularmente, via formas de apropriação dominantes estimuladas pelas políticas públicas (carcinicultura, expansão de cultivos de eucalipto e cana-de-açúcar, infra-estruturas turísticas etc.). Em reação, iniciamos uma sucessão de submissões de projetos às agências financiadoras para obtenção de recursos que favorecessem a explicitação dos impedimentos vivenciados no auge da valorização dos povos e comunidades tradicionais, nos primeiros anos do Governo Lula. Além do mais, a equipe ganhou novos componente e, assim, com os novos olhares, ampliamos o raio de atuação e a diversidade dos temas de pesquisa.

Não foi por acaso que numa das primeiras submissões anunciávamos que “foi identificado um novo tipo de população tradicional: os catadores de mangaba e de produtos do manguezal”¹⁷. Naquele momento, seduzidos pelo aceno das políticas públicas, rendemos-nos à associação rápida entre extrativismo e populações tradicionais reforçando o uso indiscriminado desta noção, sem a devida reflexividade quanto ao debate corrente (Castro, 2001; Esterci, 2002; Esterci *et al.*, 2002; Barreto Filho, 2006; dentre outros autores).

Aprovada a proposta e continuados os contatos constatamos que nas idas a campo acompanhávamos sempre as mulheres e pouco-a-pouco, os homens, auto-promovidos a interlocutores nos contatos iniciais, retornaram aos seus afazeres (pesca, agricultura, assalariamento etc.). Após o mapeamento das áreas e levantamento do perfil das catadoras constatamos que o problema do impedimento do acesso às plantas se repetia em todo o estado e, assim, decidimos por realizar diferentes encontros para discutir os problemas por elas enfrentados e delinear ações para a mobilização em defesa dos seus modos de vida e da biodiversidade (Mota *et al.*, 2007). Em todos os encontros, a repetição da expressão “catadoras de mangaba” no título refletia o propósito da equipe de pesquisadores em destacar a exclusividade atribuída à participação daquelas mulheres extrativistas num dado acontecimento. Ao não se reconhecerem nos títulos dos eventos,

¹⁷ Proposta submetida e aprovada no Edital Universal do CNPq (2004) sob a denominação “Populações tradicionais e formas coletivas de gestão e preservação dos remanescentes de mangabeiras no litoral sergipano” desenvolvida pelos três primeiros autores deste artigo e alunos de pós-graduação.

os homens (catadores ou não) protestaram contra a exclusão, inclusive, com denúncias orais aos setores competentes na Embrapa. As lideranças das Colônias de Pescadores, por sua vez, desanimaram as catadoras a participar dos mesmos com a ameaça de que os seus companheiros perderiam o direito ao defeso, “pois quem é pescador, não é catador”. Assim, tentavam encobrir a condição de catadora daquelas mulheres, sujeitando-as à ocupação dos homens.

Não nos passa despercebido que as organizações formais locais preexistentes (associações, colônias de pescadores e sindicatos, nas quais as catadoras não tinham representação formal) não foram consideradas. A decisão se embasava na noção reinante de que era urgente consolidar um conjunto de informações para alimentar os novos diálogos e construir representações políticas num contexto de disputas pelo reconhecimento daquele grupo pelo Estado. Com este propósito, reivindicamos e obtivemos permissão para participar juntamente com três catadoras da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais -CNPCT, que atua nacionalmente, em dezembro de 2007. Assim, obteve-se a inserção do nome “catadoras de mangaba” na lista das populações extrativistas.

Com este propósito, foram também feitos investimentos na reconstrução de uma memória do que foi perdido e do que está em vias de se perder, a exemplo do acesso livre a áreas com boa conservação das plantas e sem conflitos graves. Tudo isto pressupõe um investimento na construção de uma categoria coletiva, daí porque a exclusividade das mulheres nos diferentes eventos tanto para reforçar a categoria de autodenominação: “catadoras”, como para evitar que os “outros” falassem por elas. Como visto, “os pesquisadores exercem também sua parcela do poder de nomear, de fazer reconhecer e de arbitrar, quando há disputas em torno das classificações” (Esterci, 2002, p. 51) nos processos de construção da visibilidade social das catadoras de mangaba, como observado em outros contextos.

No investimento do reconhecimento das catadoras de mangaba, três categorias fundamentam aquele processo de modo complementar: trabalho, direito e exclusão social. Essas categorias englobam noções que firmam particularidades, mas que mantêm diálogo com atores distintos e diferentemente posicionados.

Em se tratando do trabalho, duas idéias indissociáveis são centrais na construção da visibilidade: a valorização do trabalho manual e a noção de vítima pela injustiça acarretada pela interdição do acesso aos recursos tradicionalmente utilizados, via diferentes tipos de violência (ameaças, assédio moral etc.). Todas as duas se contrapõem a pressupostos de que o extrativista é associado à pilhagem ou destruição (Empeaire & Lescure, 2000; Lescure, 2000).

Recentemente, vários movimentos de mulheres rurais no Brasil questionam a visão corrente de ‘vítimas’ que se tinha sobre as mulheres (Paulilo, 2004), principalmente diante dos seus reposicionamentos nas diferentes arenas de negociação. Entretanto, no caso das catadoras de mangaba, a matriz da visibilidade tem se constituído em torno do que se perdeu e esta noção tem logrado um reconhecimento das mulheres que as vitimizam com o reforço da imagem do empobrecimento das suas condições materiais pela ameaça de perda do acesso aos recursos que garantem cerca de 70% dos seus rendimentos em 2007.

Não é precisamente uma novidade o fato de que:

“a maioria das identidades que pedem para ser reconhecidas comporta dimensões vitimistas. Para surgirem no espaço público, para obterem certa legitimidade, os atores evidenciam as destruições, das quais o seu grupo, num passado mais ou menos longínquo, teria sido vítima, os erros históricos do estado e da nação que os abrigam e que os teriam esquecido, negado, ou minimizado, as feridas que continuam a marcar sua existência” (Wieviorka, 2009, p.15).

Esta é a face negativa da identidade, realçando uma destruição, uma negação, um questionamento da sua integridade física ou moral e, no mínimo, uma desqualificação ou até uma estigmatização. Isto não impede a concomitância de uma face positiva que enriquece o próprio grupo e os demais, como é o caso dos saberes acumulados pelas catadoras. Além disso, a intensificação da relação entre atores situados em mundos distintos contribuem para a construção da visibilidade social das catadoras de mangaba e influenciam na projeção, consumo e reelaboração de suas imagens em diferentes âmbitos.

Em se tratando dos direitos, atores afiliados a posições distintas constroem seus argumentos num contexto em que o amparo legal não reflete as regras constitutivas do direito consuetudinário de acesso aos recursos. Por esta razão, a noção de direito é variável para grupos que acessam os recursos a partir de diferentes relações após longas

datas; quer seja de catadoras de mangaba em áreas de acesso comum, posseiros, trabalhadores assalariados clandestinos ou quebradeiras de coco babaçu (Sigaud, 1979; Andrade, 1986; Lago, 2002; Magalhães, 2003; Figueiredo, 2005; Schmitz *et al.* 2006). No caso das catadoras, elas consideram que as árvores “já estavam lá” e, por direito não têm dono.

No processo de construção da visibilidade social das catadoras de mangaba, a noção de direito é veiculada a partir de diferentes pretensões e projetos que variam segundo as estratégias e as mobilizações (Scherer-Warren, 2002) em torno de alguns temas nem sempre consensuais: liberação das áreas cercadas, garantia de acesso livre às áreas privadas, posse de terra. Assim, mesmo que aquelas noções tenham um núcleo comum, possuem especificidades que contribuem para a construção do que é “ser” e “viver” a condição de catadora de mangaba numa dada condição de heterogeneidade social, tanto quanto ao acesso aos recursos (catadoras dependentes do acesso em áreas de uso comum, catadoras proprietárias de um pequeno sítio que não permitem o acesso de terceiros, catadoras assentadas da reforma agrária, catadoras proprietárias que permitem o acesso de outras), como às relações que estabelecem nos lugares em que vivem.

Assim, os diferentes atores vivenciam situações de oposição e de disputas nas quais ensaiam à construção de projetos que balizam as suas concorrências. Neste sentido, corroboramos a hipótese sugerida por Porto (2009) de que para dados segmentos sociais a aceitação e a explicitação da diferença, por meio da qual este segmento se autodefine, é um recurso que visa, em última instância, à inserção social, cultural, simbólica, econômica, e, portanto, à eliminação da diferença. Assim, a expressão de uma catadora: “Nós nunca fomos ouvidas” soa comparativamente a outros grupos que são ouvidos, questionando a falsa dicotomia entre diferença e igualdade. Aliás, segundo a autora, os atributos que definem uma identidade, individual ou coletiva, são justamente aqueles que estão ausentes em outras.

Um movimento de quem?

Como analisado anteriormente, a construção social do reconhecimento se dá num campo de disputas, inclusive entre segmentos extrativistas. No caso específico das catadoras e dos seus adversários trata-se de uma oposição, na qual não existia uma ação formal das catadoras até pouco tempo atrás. Ainda em 2006, constatamos a quase

invisibilidade destas disputas por se tratar, do lado das catadoras, de grupos sociais constituídos, predominantemente por mulheres, pouco organizadas politicamente e, na maioria das vezes, excluídas da posse da terra e das políticas públicas. Além disso, não tinham o reconhecimento coletivo como catadoras de mangaba, muito embora transitassem em diferentes espaços vendendo as suas frutas.

Nos últimos anos, entretanto, a situação mudou. Por um lado, pela valorização das frutas e, conseqüentemente, da importância das catadoras para o fornecimento das mesmas (90% provenientes do extrativismo em 2007). Por outro, pela atenção dada a este segmento social por um grupo de pesquisadores e técnicos. Provocadas pelos diversos tipos de disputas e apoiadas pelas alianças recentes, as catadoras de mangaba começaram a reagir e se tornaram, pela primeira vez, sujeitos coletivos nesse processo, passando da reação individual e sorrateira (transgressões clandestinas) para uma reação organizada.

Marco fundamental neste processo foi a realização do I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, em 2007, quando foram erguidas as bases para a criação do Movimento das Catadoras de Mangaba –MCM (Mota *et al.* 2007) A mobilização e o financiamento desta iniciativa foram de responsabilidade dos pesquisadores e técnicos, compartilhada, com representantes de outros órgãos públicos ou da administração municipal que por uma questão de afinidade com a temática (intelectual e/ou política) foram agregando-se à equipe. A mobilização imediatamente antes do Encontro foi realizada pelos próprios pesquisadores que já tinham contatos prévios com as catadoras e haviam percebido que elas não acreditavam que alguém poderia financiar para que se deslocassem e permanecessem durante dois dias num hotel na capital do estado.

Apesar da novidade em viajar juntas e encontrar com mulheres de diferentes partes do Estado, as catadoras demonstraram muito desconforto em permanecer sentadas por dois dias (expressos pela inquietude do ir e vir, pela busca de remédio para dor de cabeça, cochilos, conversas paralelas e o perguntar constante pelos horários do café), demonstraram também muita alegria nos momentos de descontração, nos intervalos, nas refeições e nos corredores do hotel. Neste emaranhado de evidências, ao final do Encontro cada uma delas explicitava que não poderia ficar fora do próximo “de jeito nenhum”.

Como descrito, a realização deste evento e dos subseqüentes trataram claramente de uma intervenção externa com programações sugeridas pela equipe de pesquisadores e técnicos. Porém, não se pode subestimar o efeito da visibilidade de aproximadamente cem catadoras reunidas por dois dias, ouvindo os depoimentos umas das outras e discutindo os seus problemas e propostas. Muitas das que se pronunciavam no microfone, não raras vezes, tinham crise de riso (dado o nervosismo) e, assim, eram freqüentemente interrompidas pelas demais, ao mesmo tempo, para a complementação de uma idéia tal era o ímpeto em falar de si. Pouco a pouco, o nervosismo foi substituído pela coragem de falar em público por algumas. A palestra de abertura, proferida por uma liderança do movimento das quebradeiras de coco-babaçu do Maranhão impressionou muito as catadoras, principalmente quando ela falou: "Quem tem medo, sofre mais", e mostrou num vídeo, como elas pularam as cercas para ter acesso ao coco-babaçu. Este conjunto de idéias e imagens influenciou para que o lema central do Encontro fosse: "Garantia do livre acesso às áreas de mangabeiras" e ecoasse por muito tempo, muito embora os desdobramentos das disputas influenciem para a adoção de novos lemas, como analisaremos na última parte deste artigo.

A constituição inicial do MCM contou com uma comissão formada por pesquisadores, representantes de órgãos públicos¹⁸ e catadoras (seis de 14 membros). A escolha das representantes das catadoras não foi fácil, pois poucas tinham coragem para falar em público. Mesmo assim, elas reuniram-se em pequenos grupos por município e escolheram a sua representação. O momento de aprovação da comissão foi de muitos aplausos, evidência do reconhecimento de um marco, mas também de esperança de que elas não estavam sós.

Analisando o processo descrito acima, a constituição do MCM foi resultante de uma intervenção externa, iniciativa muito comum na criação de movimentos sociais, especialmente, quando se trata de participantes com "poucos recursos", como enfatizado pela abordagem teórica da mobilização de recursos (Gohn, 1997). Porém, nem sempre esses recursos externos facilitam a emergência e atuação de um movimento social. O MCM foi chamado o "movimento da Embrapa", o "movimento de fulano"¹⁹ pela

¹⁸ As "instituições" presentes na comissão eram: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Embrapa Amazônia Oriental, Universidade Federal de Sergipe – UFS, Adema/SE, Incra-SE e Universidade Federal do Pará/UFPA.

¹⁹ Nome dos pesquisadores.

concentração das atividades nas dependências daquela instituição e pela presença persistente de alguns dos seus pesquisadores e aliados em todos os eventos alusivos às catadoras de mangaba, quer seja, pelas suas contribuições na elaboração de documentos, relatórios e cartas essenciais à formalização do MCM. Após cinco meses de existência do MCM, foi feita uma tentativa de emancipação dos pesquisadores da coordenação, o que não agradou as catadoras, pois elas sentiram-se "abandonadas". Uma catadora assumiu a presidência, antes representada por uma dupla (catadora/pesquisadora). Mesmo assim, o apoio dos pesquisadores e técnicos da Embrapa continuou, até recentemente, sendo a referência para emissão de correspondências e telefonemas, ou seja, para a vinculação entre as catadoras e outros agentes. No último ano, entretanto, com a emergência de uma liderança jovem com acesso à internet e telefone, esta situação mudou, inclusive com a ampliação das parcerias em vários sentidos (produção de bombons de mangaba, formação de associações de catadoras, participação em eventos nacionais etc.) e conquista de políticas específicas.

Vale exaltar que, em todo o processo de constituição do MCM, têm sido construídos símbolos, como os logotipos e hinos, que influenciam para a criação do sentimento da pertença, de identificação com o outro e consigo próprio, criando uma idéia do coletivo como analisado por Blumer (1951, citado por Gohn, 1997:33). Assim, no I Encontro das Catadoras de Mangaba, a logomarca foi composta pela imagem de uma mulher de costas portando uma vara com gancho²⁰ no processo de retirada de uma mangaba. A supervalorização da atividade contrasta com o posicionamento da mulher: solitária e de costas, mesmo que o título trate das catadoras no plural. Já na logomarca do MCM, consta a imagem da mesma mulher repetida três vezes, ou seja, há uma iniciativa de mudança do enfoque solitário de uma catadora para um grupo que pratica a mesma atividade sugerindo indícios de mobilização, mas sem chamar atenção para características de outra natureza que não aquelas de uma atividade feita por mulheres. Nos dois casos, foram decisões tomadas por parte da equipe que até aquele momento continuava apoiando toda a parte burocrática do MCM e buscava estabelecer uma identidade para o movimento no decorrer do processo.

²⁰O gancho juntamente com um recipiente para transporte das frutas (balde, cesto, sacola de plástico) é o principal instrumento de trabalho das catadoras. O gancho pode ser de ferro acoplado a uma vara ou de madeira (vara com a extremidade em forma de um gancho retirada de árvores de região, que pode ser pau do mangue, muricizeiros ou outros). A utilização do gancho é individual e os seus tamanhos variam em função da preferência, altura das árvores etc. Algumas vezes pode se usar um gancho emprestado de vizinhos ou de parentes segundo acordos específicos.

A logomarca do II Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, realizado em 2009, entretanto, apesar de paga com recursos de um projeto de pesquisa liderado por uma pesquisadora da Embrapa, foi criada por uma profissional inspirada em fotos das catadoras de mangaba em diferentes situações. Esta mudança de estratégia (de dentro da Embrapa para fora) reflete uma tendência que está sendo vivenciada pelo MCM como um todo. A citada logomarca está formada por duas catadoras com características pessoais diferentes: atitude, corpos e vestuário. Cada uma delas porta objetos, também diferentes. Uma leva um balde e um gancho e a outra um cesto repleto de frutos. Ao mesmo tempo, em que elas se diferenciam, elas se complementam, porque apenas uma porta o gancho, um dos símbolos do extrativismo da mangaba e apenas a outra porta o cesto. A imagem provoca sentimentos diversos, como expressou uma catadora: “é igualzinho a gente, é nós!”; uma das organizadoras do evento: “Não gostei, lembra o tempo da escravidão”; um pesquisador: “é claro que elas estão juntas e têm tempo para conversar”; e uma estudante de pós-graduação participante do evento: “isso me lembra uma imagem de tristeza, reflexão, como se elas estivessem olhando para o futuro”.

De um modo ou de outro, os diferentes símbolos sugeridos (há também os hinos compostos no II Encontro) apontam para os aspectos positivos do trabalho das catadoras de mangaba, num contexto em que as opiniões alimentam as disputas dos que divergem.

Discriminações positivas e negativas

Pelo analisado anteriormente, não restam dúvidas de que o processo de mobilização das catadoras de mangaba resultou na conquista do reconhecimento das mesmas local e nacionalmente. Entretanto, concomitantemente, elas vivenciam uma drástica redução do acesso aos recursos, o que tem influenciado nas suas discriminações positivas de existência, recentemente reconhecidas. Isto porque o impedimento do acesso às mangabeiras incide diretamente na desestruturação da sua condição de catadora, inclusive com a emergência de novos tipos de disputas internas ao grupo para aceder aos recursos com a perspectiva de desrespeito às regras consuetudinariamente construídas.

Grosso modo, as primeiras análises sobre as catadoras de mangaba chamavam a atenção para um ideário de reforço ao uso comum dos recursos naturais em áreas de acesso livre, segundo uma noção prevalente de que a elas cabia o papel de cuidar desses recursos (Santos, 2007; Schmitz *et al.*, 2009). Naquele momento, ainda não era visível

nenhuma iniciativa de constituição das mesmas em atores coletivos ou categoria social e, assim, elas não representavam nenhum tipo de ameaça aos proprietários das áreas nas quais praticavam o extrativismo.

Com a constituição do MCM em 2007 e a expressa reivindicação das catadoras pelo acesso livre às áreas de mangabeiras, há uma evidenciação rápida da associação entre catadoras, pilhagem e destruição, veiculada pelos seus opositores, dentre os quais, algumas catadoras proprietárias de pequenas extensões de terra. Junta-se a isso, a divulgação da depreciação das frutas advindas do extrativismo como pouco adequadas para o processamento pelo fato de serem sujas e em estádios diversificados de maturação.

A condição objetiva de acesso livre ou privado, no passado recente, estimulou a construção de imagens positivas das catadoras (pelas próprias catadoras e pelos seus aliados). Entretanto, a mobilização para mantê-las estimulou a reação de construção de imagens depreciativas das mesmas pelos seus oponentes. As diferentes afiliações têm influenciado na constituição dos projetos que simbolizam as disputas centrais.

Os projetos decorrem das disputas instituídas em torno da apropriação dos recursos naturais entre grupos sociais, *a priori*. Tal apropriação está associada a um sistema de valores, crenças e saberes que se relaciona ao que se quer individual e coletivamente. A expectativa quanto à relação que os grupos oponentes têm com o recurso influencia na constituição das imagens que veiculam de si e dos outros. (desqualificações, desvalorizações etc.).

Como visto, a reação dos oponentes das catadoras incide diretamente na diversificação das relações que as catadoras estabelecem para terem acesso aos recursos nas áreas privadas. Com isso, intensificou-se o processo de diferenciação social das mesmas com a ruptura, em muitos casos, de acordos de longa data (acesso mediante cuidado com as plantas, sem pagamento) e o estabelecimento de novos acordos (compra da produção ou proibição total do acesso).

O reposicionamento dos atores num dado sistema de relações não se limita ao universo das catadoras, mas se intensifica também entre os diferentes grupos de pesquisadores e técnicos que têm noções diferenciadas quanto ao papel e o futuro daquelas populações e do extrativismo, assim como, dos seus projetos profissionais. Para

uns, a inevitável extinção da atividade, que "Apesar de se tratar de recursos naturais renováveis, o que permitiria sua extração *ad infinitum*, em termos potenciais, são evidenciadas na evolução de sua extração três fases distintas: expansão, estagnação e declínio" (Homma, 1990, 1993). Para outros, a importância dessa atividade para a conservação da biodiversidade *in situ* (Almeida, 2004; Mota *et al.*, 2007) no atual contexto de desequilíbrio ambiental.

ALIANÇAS E/OU OPOSIÇÕES NO JOGO DAS DISPUTAS

No processo de constituição das disputas pelo acesso aos recursos, nos quais são praticados o extrativismo da mangaba, é perceptível o antagonismo entre duas idéias gerais, às quais se associam diferentes grupos de atores: 1) Pró-extrativismo. Os que se afiliam à idéia de coexistência do extrativismo com outros modos de produção da mangaba e que valorizam o papel das catadoras na conservação dos recursos *in situ* naqueles territórios. O grupo é constituído por frações de: catadoras sem terra; catadoras que possuem pequenas extensões de terra, pesquisadores e técnicos de diferentes instituições. Estes dois últimos grupos, associados a instituições de pesquisa, ensino e intervenção dos governos federal, estadual e municipal; e 2) Pró-domesticação. Os que se afiliam à idéia de domesticação das plantas em áreas privadas com incentivos creditícios e de assistência técnica para diferentes tipos de produtores com terra (catadoras com pequenos sítios, assentados e demais), em detrimento do extrativismo, sinônimo de devastação dos recursos e de empecilho à modernização. Este grupo é formado por frações de: catadoras de mangaba com terra, pesquisadores e técnicos associados a instituições de pesquisa e intervenção dos governos federal, estadual e municipal, empresários do turismo e da agricultura, representantes de agências de crédito e proprietários de sítios (casas de férias ou pequenos estabelecimentos).

Os atores afiliados a uma ou outra posição divergem, quanto ao papel das catadoras sob a ótica de diferentes compreensões, quanto ao extrativismo em condições socialmente estabelecidas, como discutimos anteriormente. Entretanto, alianças e oposições se costuram segundo arranjos variados entre as catadoras de mangaba que, conjuntamente, oscilam entre os acenos da possibilidade de acesso à terra em lotes

individuais ou coletivamente mediante uma Unidade de Conservação ou um Assentamento Agroextrativista.

Se no I Encontro das Catadoras de Mangaba (2007), um dos principais focos do debate foi a “garantia de livre acesso às áreas de mangabeiras...”, no II Encontro (2009) predominaram reivindicações por “acesso à terra em áreas de mangabeiras”; “novos assentamentos de reforma agrária” e “arrendamento de terra para a comunidade”. Como constatado, há uma mudança de foco que pode ter sido influenciada tanto pelas características dos participantes que não eram exclusivamente catadoras²¹, como também, pelos constrangimentos vivenciados com a diminuição do número de plantas acessíveis para o extrativismo (interdição do acesso via cercamento, corte das mesmas pelos proprietários, falta de conhecimento sobre as condições de funcionamento da Reserva Extrativista - RESEX, etc.) após à mobilização das catadoras no MCM.

No caso do acesso livre em qualquer tipo de Unidade de Conservação, as catadoras de mangaba não conhecem às regras de funcionamento, o número de usuários, o tempo necessário para a tramitação legal etc., além de terem medo de perder o que já adquiriram (casas ou terrenos anexos). Sem contar os problemas no exercício da cooperação imposta via modelos externos (associações e cooperativas). Por sua vez, a domesticação implica em novos tipos de dependência dos agentes de intervenção (assistência técnica) e do mercado (insumos e financeiro). A garantia das duas formas de acesso aos recursos (livre e privado) diminuiria a vulnerabilidade, porque, no caso do extrativismo, haveria a obtenção de frutas sem investimento que não aqueles que dependem do trabalho humano.

Assim, houve uma explicitação da compreensão de que o acesso regularizado (individual ou coletivo) e de algum tipo de Unidade de Conservação garantiria a continuidade das catadoras na atividade. Juntamente com estas reivindicações, as catadoras insistiram no apoio à comercialização, crédito e assistência técnica. Entretanto,

²¹ De um total de 117 participantes, 16 não eram catadoras mas representações de outros segmentos sociais como presidentes de associações e de colônia de pesca, secretários municipais, técnicos de Organizações Não Governamentais - ONG, dentre outros. Das catadoras presentes, boa parte tinha acesso à terra na condição de assentadas e proprietárias de pequenos sítios. Além do mais, a participação dos homens aumentou de 7% no I Encontro para 13% no II Encontro. Diferentemente, no I Encontro a predominância foi de catadoras sem terra que praticavam o extrativismo em áreas de livre acesso.

por ocasião das reuniões no Ministério Público Federal em Sergipe - MPF²² as representações das catadoras reivindicaram áreas de livre acesso as mangabeiras, provavelmente inspiradas pelos interlocutores presentes que têm entre as suas competências tanto as políticas de acesso à terra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra), licenciamento ambiental (Administração Estadual do Meio Ambiente - Adema), gestão dos recursos naturais (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama) e realização da pesquisa (Embrapa), dentre outros. Sem contar que no grupo de representação das catadoras, as duas lideranças mais atuantes vivenciavam processos de disputas pelo acesso livre em duas grandes áreas tradicionalmente utilizadas nas suas respectivas localidades (Povoados Pontal e Capão, nos Municípios de Indiaroba e Barra dos Coqueiros, respectivamente).

Observando os dois focos de reivindicação, analisamos que, por um lado, a idealização do passado fomenta a noção do acesso livre. Isto porque permitiria, em tese, a prática do extrativismo nos moldes como as catadoras foram socializadas e vivenciaram sociabilidades específicas na organização do próprio tempo de trabalho e do ir e vir entre as diferentes atividades. Por outro, a obtenção de áreas próprias garantiria a persistência das catadoras na produção da mangaba numa conjuntura em que muitas das plantas nas quais praticavam o extrativismo foram cortadas e/ou privatizadas.

Como visto, o pêndulo oscila, ora para a expressão do desejo das catadoras de continuarem as suas práticas do extrativismo em áreas livres (Resex²³ ou outro tipo de Unidade de Conservação), ora pela posse de terra para domesticação das plantas. A reivindicação dos dois modos de acesso aos recursos expressa uma ambigüidade decorrente da incerteza, mas também, da ansiedade em não querer desperdiçar chances que, por ventura, sejam apresentadas.

²² Em outubro de 2008, após a realização do I Encontro, o MCM mobilizou o MPF-SE no intuito de revelar a situação de ameaças a que estavam sujeitas as catadoras. Em resposta, o MPF-SE compôs um grupo de trabalho interinstitucional, coordenado pela Embrapa Tabuleiros Costeiros e formado por representantes do MCM, Incra-SE, Adema-SE), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe, Ibama-SE, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade -ICMBio e Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social de Sergipe - SEIDES para subsidiar o planejamento da continuidade da atividade extrativista e conservação das mangabeiras.

²³ A demarcação da Resex Litoral Sul de Sergipe está em discussão desde 2003 com muitas divergências quanto aos seus limites. A previsão é alcançar áreas dos Municípios de Estância, Santa Luzia do Itanhy, Itaporanga d'Ajuda e Indiaroba.

A contundência do discurso das catadoras de mangaba e de suas representações varia segundo as interlocuções que se estabelecem e as diferentes percepções que têm sido construídas sobre si e sobre os outros no processo de conformação da identidade de catadora. Em se tratando dos seus aliados, trata-se de uma concorrência pela definição de políticas públicas específicas que influenciarão nas suas respectivas pautas de trabalho e de consolidação ou não das suas concepções quanto à relação homem natureza.

REFLEXÕES FINAIS

Ao longo destes anos de pesquisa e intervenção constatamos que no dia-a-dia, a maioria das disputas tem ocorrido entre as catadoras de mangaba (com e sem terra) e atores externos (empresários do turismo e da agricultura, proprietários de sítios, de casas de férias ou de pequenos estabelecimentos agrícolas) em torno do corte das plantas e da apropriação dos frutos. Os empresários têm referências diferentes quanto ao uso das plantas e uma noção de propriedade privada com acesso restrito, particularmente os que chegaram nos últimos anos e que não têm nenhum tipo de compromisso com os nativos, a não ser, ocasionalmente, através de uma relação trabalhista. As suas atividades dependem, em geral, da destruição da vegetação nativa, inclusive das mangabeiras, para a construção de viveiros de camarão e loteamentos. Tudo é feito rápido e sem muita informação para os que residem no local que sempre alimentam uma esperança de obtenção de um emprego assalariado.

Pela incipiente organização política das catadoras localmente, pela desproporcionalidade da força e pela falta de mobilização política até 2007, estas disputas não têm se revelado como um confronto aberto. O amparo das instituições ambientais do estado pela concessão de licenciamentos ambientais parece provocar uma reação de apatia mediante o caráter da legalidade. Em consequência, as catadoras são impedidas de entrar na área anteriormente de livre acesso e ficam sem a sua principal fonte de renda.

As disputas entre as catadoras e os demais atores (excluídos os empresários do turismo) se acirraram recentemente mediante a valorização da fruta no mercado e a visibilidade social do MCM apoiado nas alianças com grupos de pesquisadores e

técnicos. O objeto da disputa são as frutas, tradicionalmente coletadas pelas catadoras a partir da permissão do proprietário da terra segundo relações amparadas em noções de amizade, camaradagem e parentesco. No presente, entretanto, vigora a interdição do acesso às plantas quer seja porque os seus proprietários as negociam, quer seja pelo temor de perda para as catadoras mobilizadas no MCM. Estas são as disputas mais violentas, inclusive, com ameaças de morte. Em paralelo, inauguram-se diferentes tipos de compra das frutas entre aqueles que anteriormente vivenciavam relações de camaradagem.

No geral, os oponentes das catadoras (com exceção daqueles que apenas possuem um pequeno estabelecimento na condição de produtores familiares) conseguem tirar mais vantagens das relações de poder existentes pelo fato de acederem com mais facilidade às instituições reguladoras do uso dos recursos (Adema-SE; Ibama, por exemplo) pelas redes às quais pertencem. Também se amparam na idéia costumeira de que iniciativas exógenas geram empregos e desenvolvimento para as populações desfavorecidas.

No debate sobre a constituição da Resex Litoral Sul de Sergipe, as disputas têm influenciado, inclusive com a iniciativa de grupos locais para retirada dos povoados onde vivem da área a ser demarcada (Preguiça de Baixo e Preguiça de Cima no Município de Indiaroba.). Sabemos, entretanto, que ameaças de ruptura de relações de dependência entre proprietários de terra e catadoras consubstanciaram a oposição à consolidação da Resex. Com isso, algumas catadoras adotam o discurso dos oponentes reforçando o perigo de perda do direito de propriedade (para aquelas que as possuem), da liberdade de ir e vir no litoral sul sergipano e do impedimento das atividades turísticas, enfatizando a necessidade de substituição da atuação destrutiva de algumas catadoras por outros tipos de ocupação assalariadas. Retoma-se assim, a associação do extrativismo à pilhagem e destruição dos ecossistemas como registrado em outros contextos (Lescure, 2000), desta feita, por segmentos das mulheres extrativistas que se veem constrangidas e, assim, adotam o discurso do dominador. Os críticos a esta proposição argumentam que a grande maioria das catadoras não detém a posse da terra e, assim, seria colocada totalmente à margem de qualquer política.

As disputas instituídas pelo acesso às mangabeiras têm implicado no investimento do reconhecimento de identidades associadas, tanto a imagens positivas ambientalmente, como a imagens negativas associadas à destruição e roubos dos recursos pelos grupos

sociais envolvidos. Nestas elaborações “destaca-se ainda o poder dos pesquisadores, técnicos e assessores na construção, legitimação e reconhecimento daquelas identidades nos processos de disputas” (Esterci, 2002), em que parte do seu conteúdo se redefine conjunturalmente e influencia nas estratégias de mobilização. Para Esterci (2002), estes investimentos são partes de processos sociais complexos, nos quais estão envolvidos diferentes atores (individuais e coletivos) que atuam nas esferas públicas e privadas (agências e instituições da sociedade civil e do Estado).

No geral, foram identificadas afiliações dos atores entrevistados a projetos que explicitam especificidades quanto ao acesso aos recursos e às relações sociais daí decorrentes. Entretanto, situacionalmente, atores que pareciam se confrontar em eventos formais (reuniões interinstitucionais, por exemplo.), como catadoras de mangaba e proprietários de terra, vivenciam interações no dia-a-dia do extrativismo, a exemplo de obtenção de uma autorização para coletar frutos sem pagamento. Este tipo de situação indica que a adesão aos projetos pode variar segundo o lugar em que as mulheres catadoras se encontram, ou seja, no movimento apoiadas pela coletividade ou nos seus lugares de residência partilhando outro tipo de relação.

De um modo ou de outro, os atores mobilizam-se para a viabilização dos seus projetos, mas a violência simbólica pela associação recente entre extrativismo e roubo tem inibido a prática da atividade pelos mais jovens e o disfarce da condição de catadora de mangaba por algumas mulheres em situações de tensão. Neste contexto, múltiplos termos, carregados de juízos positivos ou negativos são usualmente utilizados para denominá-los como parte de um jogo de disputas por bens de diferentes naturezas (terra, plantas, recursos financeiros, prioridade nas políticas públicas, por exemplo).

Os Pró-Extrativismo, aos quais se afiliam os autores deste artigo, defendem à idéia de que o acesso comum em coexistência com outro modos de acesso aos recursos seria a solução destacam na hegemonia da sua defesa pelos modos de valorização da tradição e da demonstração de que populações são capazes de manter os recursos por longas datas. Contrariamente, os Pró-domesticação discordam e investem na insistência de uma representação fundamental: a destruição das áreas comuns pela ausência de cuidados com as plantas. Expresso nesta posição é a explicitação do que é diferente, ao qual eles se contrapõem. Entretanto, não é incorporado ao debate o fato de que a miséria expressa nas condições de reprodução social das catadoras e suas famílias influenciam

nas suas capacidades de cuidar dos recursos e de si mesmas. Do mesmo modo que não se compara a quebra de alguns galhos (atribuídos às catadoras) com o corte das mangabeiras nativas para construções diversas ou plantios de cana-de-açúcar ou eucalipto. É óbvio que não há uma ameaça do sistema de recursos pelas próprias catadoras e também o estoque das mangabeiras não está sendo prejudicado pela retirada das frutas. Mesmo que sejam retirados todos os frutos, isso não diminuirá a quantidade de unidades da próxima safra, nem prejudicará o sistema, porque sempre há propagação por sementes de frutos caídos não catados.

Por último, as estratégias utilizadas pelos diferentes atores nas disputas se redefinem continuamente segundo compreensões divergentes quanto à ocupação do espaço, os modos de uso dos recursos naturais, as concepções em relação ao papel das catadoras e dos agentes de intervenção no desenvolvimento local. Investigar os processos que estão se desenrolando em torno destes temas persiste como um desafio contínuo, particularmente, porque nos últimos meses uma grande quantidade de iniciativas tem sido posta em prática por atores que, recentemente afiliados à causa das catadoras e do MCM, sugerem organizá-las em grupos produtivos (bombons e geléias) e associativos para facilitar a comercialização e a apresentação de reivindicações (associações locais de catadoras de mangaba) aos órgãos competentes. Seriam estas as novas evidências da luta pelo reconhecimento? É uma reação para desconstruir o olhar do outro que associa catadora à destruição? A estes temas, nos dedicaremos em outros escritos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. **As reservas extrativistas e as populações tradicionais**. Entrevista do mês. Disponível em <<http://www.comciencia.br/entrevistas/almeida.htm>>. Acesso em: 14/09/2004.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1986. 239p.

BARRETO FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C., MURIETA, R., NEVES, W. (Eds.). **Sociedades Caboclas Amazônicas**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 109-143.

BENATTI, J.H. **Posse agroecológica & manejo florestal**. Curitiba: Juruá, 2003. 236p.

BRITO, F. E. M. **Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina**. Salvador: Edufba, 2005, 418p.

CASTRO, E. Prefácio. In: **Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura**. Belém: UFPA/NAEA, 2001. 15-22p.

CORDELL, J. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DIEGUES, A.C.; MOREIRA, A.C.C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001, p.139-160.

DIEGUES, A.C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A.C.; MOREIRA, A.C.C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001, p.97-124.

EMPERAIRE, L.; LESCURE, J.-P. Uma abordagem ecológica comparativa. In: EMPERAIRE, L (org.). **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central**. São Paulo: UNESP. 2000, p.139-150.

ESTERCI, N. Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia brasileira. **Boletim Rede Amazônia**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p.51-62, 2002.

ESTERCI, N., LIMA, D. LÉNA, P. Diversidade sociocultural e políticas ambientais na Amazônia: o cenário contemporâneo. **Boletim Rede Amazônia**, Rio de Janeiro, v.3, n. 1, p.3, 2002.

FERRETTI, S. F.; ESTERCI, N.; RAMALHO, J. R. Introdução. In: **Amazônia desenvolvimento, meio ambiente e diversidade cultural**. FERRETTI, S. F.; RAMALHO, J. R. (orgs.). São Luis: EDUFMA, 2009, p. 5- 16.

FIGUEIREDO, L. D. **Do espaço doméstico ao espaço público – lutas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. 2005. 198 f. Dissertação (Mestrado) Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar - Universidade Federal do Pará, Belém.

FONSECA, V.; VILAR, J. W.; SANTOS, M. A. N. Reestruturação territorial no Litoral de Sergipe, Brasil. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMERICA LATINA, 12., 2009, Montevideo. Camiñando en una América Latina em transformación. Montevideo: Imprenta GEGA, 2009. p. 79-87.

FREUND, J. Préface. In: SIMMEL, G. **Le conflit**. Trad. S. Muller. Paris: Éditions Circé, 1995, p.7-17.

GONÇALVES, L. M. C.; ORLANDI, R. P.; PINTO, G. C. P.; BATISTA, H. P. Vegetação: as regiões fitoecológicas, sua natureza e seus recursos econômicos. In: BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Projeto RADAMBRASIL Folhas SC. 24/25 Aracaju/ Recife: Geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra**. Rio de Janeiro, 1983, p. 573-652. (Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de Recursos Naturais, 30).

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997. 383p.

HIRATA, H. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade – homens e mulheres no mercado de trabalho**. Tradução por Clevis Rapkiewicz. São Paulo: SENAC, 2003. p. 12-14.

HOMMA, A. K. O. **A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia: uma interpretação teórica**. Belém: Embrapa-CPATU, 1990. 38p. (Embrapa-CPATU. Documentos, 53).

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades.** Brasília: Embrapa-SPI, 1993. 202p.

LAGO, R. T. **Babaçu livre e roças orgânicas** – a luta das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão em defesa dos babaçuais e em busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais. 2002. 109 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém.

LESCURE, J.-P. Algumas questões a respeito do extrativismo. In: EMPERAIRE, L (org.) **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central.** São Paulo: UNESP, 2000. p. 191-204.

MAGALHÃES, S. B. Direitos e projetos: uma leitura sobre a implantação de assentamentos no Sudeste do Pará. In: MARTINS, J. de S. (org.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos.** Porto Alegre: EUFRGS, 2003, p. 247-294.

MORAES, M. D. O sertão desencantado (memórias, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). In: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. M. DA (Orgs.). **Ensaio Desenvolvimento Rural e Transformações na Agricultura.** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros/UFS, 2002, p. 253-298.

MOTA, D.M. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais.** Fortaleza: Banco do Nordeste, Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005. 256p. (Série Teses e Dissertações 1).

MOTA, D.M., SCHMITZ, H., SILVA JÚNIOR, J.F., JESUS, N.B., OLIVEIRA, P.E.O., RODRIGUES, R. F. A., SANTOS, J.V., CURADO, F.F. **Relatório do I Encontro das Catadoras de Mangaba do Estado de Sergipe.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental/Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros. 2007. 41p.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. O extrativismo em tempos de globalização. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais...** Recife: SBS, 2007. s.p.

NEVES, D. P. Os ribeirinhos e a reprodução social sob constrição. **Boletim Rede Amazônia,** Rio de Janeiro, n.1, p.47-60, 2003.

PAULILO, M. I. S.. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas,** Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 360, jan.-abr. 2004.

PEREIRA, E. O. **Extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) no Povoado Alagamar, Pirambu - SE.** Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008. 88p.

PORTO, M. S. G. Diferença e identidade como representação social. In: CAVALCANTI, J. S. B.; WEBER, S., DWEYER, T. **Desigualdade, diferença e reconhecimento.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009, p. 35-48.

SANTOS, J. V. dos. **O papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (*Hancornia speciosa* Gomes) em Sergipe.** São Cristóvão, 2007. 103f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Núcleo de Pós-Graduação em Estudos e Recursos Naturais, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2007.

SCHMITZ, H.; MOTA, D.M.; SILVA JÚNIOR., J.F. Conflitos sociais cercam as catadoras de mangaba. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-

GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), 4., Brasília, 2008. CD-ROM.

SCHMITZ, H.; MOTA, D.M.; SILVA JÚNIOR., J.F. Gestão coletiva de bens comuns e conflito ambiental: o caso das catadoras de mangaba. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), 3, Brasília, 2006.

SCHMITZ, H.; MOTA, D.M.; SILVA JÚNIOR., J.F. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no nordeste do Brasil. AMBIENTE & SOCIEDADE, Campinas-SP. 2009. (no prelo).

SCHERER-WARREN, I. A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial. In: FERREIRA, J. M. C.; SCHERER-WARREN, I. (Orgs.). **Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal**. Oeiras: Celta, 2002, p. 231-244.

SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo: Duas Cidades, 1979. 260p.

SIMMEL, G. **Le conflit**. Paris: Éditions Circé, 1995. 159p.

SUBRINHO, J. M. dos P. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. 1983. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas.

WIEVIORKA, M. Diferenças nas diferenças? In: Desigualdade, diferença e reconhecimento. CAVALCANTI, J. S. B.; WEBER, S., DWEYER, T. **Desigualdade, diferença e reconhecimento**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009, p.15-34.